

Governo tenta tudo para barrar CPI da Corrupção

■ PFL, PSDB e PPB lançam notas para convencer deputados a voltar atrás

Márcia Gouthier

HELAYNE BOAVENTURA

BRASÍLIA — Às vésperas da promessa oposicionista de protocolar o pedido de CPI da Corrupção, o governo trabalhou intensamente ontem para convencer os deputados da base aliada a retirar assinaturas do pedido de instalação da comissão parlamentar de inquérito. Ontem, PFL, PSDB e PPB divulgaram notas contrárias à Comissão Parlamentar de Inquérito. À noite, o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), também cancelou a sessão do Congresso marcada para hoje - na qual seria lido o documento de instalação da CPI. Isso pode dificultar os planos da oposição e conceder mais tempo para as manobra do governo.

Ao divulgar as notas, PFL, PSDB e PPB tinham como objetivo é fazer com que elas sirvam de discurso para os deputados que voltarem atrás justificar sua decisão perante suas bases eleitorais. As notas também poderiam evitar, na opinião de líderes dos três partidos, que outros parlamentares desse apoio público à instalação da CPI.

A ofensiva governista preocupou os partidos de oposição, que decidiram, no entanto, manter a determinação de protocolar hoje, na Mesa Diretora do Congresso Nacional, o pedido de CPI. Eles acreditam que o documento terá aproximadamente 200 assinaturas. Até ontem, a oposição divulgava ter 186 assinaturas de apoio à investigação de 19 casos de corrupção no governo federal.

Para entregar o requerimento, a oposição marcou um ato público, às 15h, no Salão Verde da Câmara. Para a solenidade, foram convidadas entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Nova estratégia pode ser adotada depois de conversa entre os líderes oposicionistas, que pode acontecer hoje pela manhã.

A preocupação é de que o adiamento da sessão do Congresso possa reverter a margem de segurança de 15 assinaturas que a oposição divulga no pedido de CPI. Para instalar uma comissão parlamentar de inquérito são necessárias, no mínimo, 171 assinaturas na Câmara. Além disso, a criação da CPI depende da leitura do requerimento na sessão do Congresso ou de sua publicação no Diário do Congresso.

Com o adiamento da sessão, os oposicionistas temem uma manobra governista para adiar a publicação. Essa medida significaria mais tempo para que o Palácio do Planalto atuasse sobre os deputados para convencê-los a retirar assinaturas.

Como último recurso, os líderes aliados utilizaram as notas partidárias para convencer os deputados a retirar assinaturas. No PFL, porém, a nota recomendando aos que "já colocaram no requerimento suas assinaturas que as retirem sem que signifique qualquer desistência das lutas que empreendem".

A afirmação causou indignação entre os pefelistas. O deputado Afonso Camargo (PR) avisou que poderia até deixar o partido se fosse obrigado a retirar o apoio que prestou à CPI. "O partido está sendo mais governista que o governo", reclamou Camargo, dizendo-se aborrecido com a recomendação.

No PFL, no entanto, esperava-se para hoje a retirada da assinatura do deputado Paulo Marinho (MA). Além disso, líderes do partido estão tentando convencer os aliados de Antonio Carlos Magalhães que assinaram o requerimento a mudarem de idéia.

Apesar da pressão do governo, deputados que já haviam assinado o pedido permitiram que seus nomes fossem divulgados. A ex-mulher de Jader, Elcione Barbalho (PMDB-PA) e os deputados Pimentel Gomes (PPS-CE) e Zezé Perrella (PFL-MG) já assinaram. A oposição conta ainda com uma lista de nove parlamentares que assinaram o documento em sigilo.



Rodeado de oposicionistas, o deputado pefelista Zezé Perrella assina o requerimento da CPI